

A Guerra contra o Paraguai

História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002] – parte III*

Mário Maestri**

Hiato sem repercussão

Em 1995, o historiador mato-grossense Jorge Luiz Prata de Sousa defendeu na Universidade Nacional Autónoma de México dissertação de mestrado versando sobre o “mito brasileiro sobre os *voluntários da pátria*”, publicada em 1996. *Escravidão ou morte*: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai constitui trabalho revisionista extemporâneo, de alto nível acadêmico.¹ Após argutas páginas de crítica da historiografia nacional-patriótica posterior à guerra e à República, destaca a importância das apologias sobre o “voluntariado” na construção das narrativas do Exército como expressão da nacionalidade.

Apologias como as de Paulo de Queiroz Duarte, em *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*: “E o apelo do Imperador, endereçado ao voluntariado, teve profunda ressonância na alma de seus súditos [...] o entusiasmo popular extravasou em transportes patrióticos, enchendo as ruas e praças das principais cidades do país de considerável multidão, vibrando de fé na justiça da causa, pronta a cerrar fileiras em torno do Imperador. [...] A causa nacional passou a empolgar a alma do povo [...].”²

Narrativas retóricas nacional-patrióticas que praticamente obscureceram o caráter fortemente coercitivo do recrutamento. O autor lembra que foi efetivamente a resistência dos homens livres em se alistarem, apesar das vantagens oferecidas, sob a pressão estatal, que levou à decisão imperial de comprar e incorporar cativos ao Exército e à Armada, como assinalado.

Apoiando-se sobretudo no estudo das cartas de alforria concedidas no Rio de Janeiro, explícita as contradições que dificultaram o arrolamento: a luta dos grandes proprietários pelo controle da mão-de-obra servil; as duras condições de existência e o racismo [“preconceitos sociais”] nas forças armadas; o caráter elitista da Guarda Nacional; o uso político do recrutamento; o alto preço médio dos cativos vendidos ao Estado [quase dois

* Trabalho apresentado no V Encuentro Anual del CEL. “La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos”. Buenos Aires – 3 de novembro de 2008. Mesa Historiografía: Francisco Doratioto (Instituto Río Branco); Mario Maestri (PPGH - UPF); Laura Reali (U. Paris VII)

** Mário Maestri, 60, é professor do Programa de Pós-Graduação em História da UPF, RS. E-mail: maestri@via-rs.net

¹ Cf. Sousa, Jorge Luiz Prata de. *Escravidão ou morte*: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad/ADESA, 1996.

² Id.ib. p. 29

contos de réis]; a deserção sistemática sobretudo dos recrutados e substitutos; o caráter pré-nacional do Estado escravista, etc.³

Demonstra igualmente a pouca confiabilidade dos dados gerais administrativos sobre o recrutamento de cativos, sugerindo estudos através do levantamento nacional das cartas de alforrias, com o objetivo de elucidação qualitativa e quantitativa geral desse processo. Em forma geral, *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai* foi semi-ignorada, quando da discussão sobre o tema.

A grande mídia

Em 9 de novembro de 1997, o caderno Mais, da Folha de São Paulo, ressaltava a necessidade do restauracionismo historiográfico sobre a Guerra contra o Paraguai em artigos coordenados por R. Bonalume Neto – “Novas lições do Paraguai”. A operação jornalística escancarava o viés ideológico em sua *chamada*: “Historiadores revêem a tese de que o país de Solano López teria sido uma Cuba [Sic] do século 19 derrotada pela aliança militar do Brasil com a Argentina e o Uruguai [sic].” A matéria, afirmava que o Brasil teria conhecido “rolo compressor ideológico [sic] nos últimos anos do regime [sic] de 64, principalmente graças a dois *best sellers* desse nacional-populismo revisionista, *As veias abertas da América Latina*, do uruguaio Eduardo Galeano, [...], e *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*”, de J.J. Chiavenatto.⁴

Nesse então, os principais trabalhos acadêmicos restauracionistas eram o livro de Ricardo Salles e sobretudo o segundo ensaio de Doratioto, obras sintéticas de escasso alcance de público. Assinaram os artigos encomendados José Murilo de Carvalho e Pedro Paulo Soares; André Amaral de Toral; Francisco Doratioto; Guido Rodríguez Alcalá; Marco Antônio Villa e, prova de *pluralismo* da iniciativa, León Pomer, que tentava explicar, mais uma vez, o sentido de sua proposta sobre o imperialismo na Grande Guerra.

Salvo engano, a intervenção da grande imprensa na orientação ideológica da historiografia brasileira não foi ainda estudada. Essas publicações, com centenas de milhares de exemplares, possuem enorme poder de legitimação-deslegitimação da produção cultural. A historiadora sul-matogrossense Ana Paula Squinelo registrou a influência direta daqueles artigos na sua posterior decisão de abordar a Guerra, em dissertação de mestrado de cunho restauracionista, de 2001.

Em *A guerra do Paraguai, essa desconhecida: ensino, memória e história de um conflito secular*, essa autora propõe três períodos para a historiografia nacional sobre a Guerra, não explicando as razões e origens mais profundas dos mesmos: um primeiro, dos anos 1920 a 1960, de visão “patriótica”, como nas obras do general Augusto Tasso Fragoso [1869-1945] e José Francisco da Rocha Pombo [1857-1933]; um segundo, desde 1960, de “visão

³ Cf. também: Mendes, Fábio Faria. A economia moral do recrutamento militar no Império brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 13 n. 38, São Paulo, Oct. 1998. ⁴ Folha de São Paulo, caderno Mais!, domingo, 9 de novembro de 1997, pag 5; ver, também, em Cf. Ricardo Bonalume Neto. “Novas lições do Paraguai”. /www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/histpar_1.htm

‘imperialista’ do litígio, com destaque para Chiavenatto e Pomer e, finalmente, um terceiro, a partir de 1980, de estudos “inovadores e menos tendenciosos [sic]”.⁵

O interessante trabalho sintetiza a incapacidade restauracionista de superar as contradições apontadas pela análise de literatura que a autora investiga, até então pouco utilizada, com destaque para a produção paraguaia. Sem empreender sínteses explicativas, Squinelo limita-se quase à apresentação das diversas narrativas, lado a lado, ou à corroboração da tese da guerra como devida à formação das nações do Plata, que enseja a absolvição tendencial de responsabilidades. Critica fortemente às apresentações revisionistas esquemáticas e simplistas dos livros didáticos, sem propor superação para a esse literatura, a não ser sugestões da associação – às narrativas áulica sobre os “grandes homens” – do estudo das “pessoas simples” no conflito.⁶

Em 2000, sob o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, o engenheiro-agrônomo Acyr Vaz Guimarães [1919-2005], sócio-correspondente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, publicou *A guerra do Paraguai: verdades e mentiras*, trabalho pára-historiográfico, no qual, “em 214 pontos”, propõe-se a *desmentir* Chiavenatto, com destaque para a já tradicional *comprovação* da não participação inglesa no confronto. O livro retoma e potencia as grandes propostas da historiografia nacional-patriótico e registra a visão da alta oficialidade do Exército brasileiro da luta contra o revisionismo sobre a Guerra como parte do combate ao “comunismo” no Brasil.⁷

Vinte e cinco anos mais tarde

Em 2002 e 2004, foram publicados dois ambiciosos trabalhos gerais restauracionistas, de diversa qualidade e repercussão. Em 2004, o coronel do Exército Maya Pedrosa, que viveu no Paraguai, publicou *A catástrofe dos erros: razões e emoções na Guerra contra o Paraguai*, na coleção Biblioteca do Exército, que dirigira, resposta explícita às “apreciações pessimistas e iconoclastas” marxistas “sobre o passado nacional, marcando o desprestígio de seus estadistas, diplomatas, soldados e do povo brasileiro que foi lutar na guerra”.⁸

Na “Introdução”, o oficial registra a enorme admiração pelo livro *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, do historiador Francisco Doratioto, lançado dois anos antes. Reconhece que, após aquele trabalho, “continuar em frente [com seu livro] talvez” fosse “temerário”.⁹ Não apenas devido ao limite do nosso presente trabalho, analisamos *Maldita guerra*, já que segue linhas gerais concorrentes ao de Maya Pedrosa, em um elevado nível de qualidade, excelência e erudição, que o qualificou como obra paradigmático do restauro historiográfico sobre o conflito, finalmente plenamente consolidado.¹⁰

Esse extenso trabalho, de quase quinhentas páginas de texto, publicado ricamente pela prestigiosa Companhia das Letras, como nos trabalhos anteriores, critica em forma explícita o revisionismo paraguaio, brasileiro e latino-americano, propondo realizar *nova* e mais

⁵ Cf. Squinelo, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida ...* Ensino, memória e história de um conflito secular. Campo Grande: UCDB, 2002. p. 21.

⁶ Id.ib. p. 75

⁷ Guimarães, Acyr Vaz. *A Guerra do Paraguai: verdades e mentiras*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000. pp. cit. 80-82.

⁸ Pedrosa, J. F. Maya. *A catástrofe dos erros: razões e emoções na Guerra contra o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. p. 16,

⁹ Id.ib. p. 24.

¹⁰ Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 615 p.

equilibrada leitura dos fatos. Uma intimidade do autor nascida de mais de uma década de pesquisa explicita-se na valiosa revisão bibliográfica e documental, que o torna obra referência e imprescindível ao estudo da questão. Entretanto, o autor não cita e não discute trabalhos referências da produção marxista e americanista revisionista argentina sobre a Guerra como os de Milciades Peña, Enrique Rivera, Eduardo Luis Duhalde, etc. Não utiliza igualmente o importante trabalho de Raul de Andrada e Silva.

Uma das singularidades do conflito no Plata fora antepor três nações – Argentina, Brasil e Paraguai – que conheciam formações sociais diversas, realidade já intuída por analistas coevos mais sensíveis e analisado, com sensibilidade, no que se refere ao Paraguai, pelo trabalho já citado de Raul de Andrada e Silva.¹¹ A historiografia revisionista avançara o conhecimento histórico sobre a Grande Guerra ao propor a necessidade da elucidação do caráter das sociedades em luta, em geral, e do Paraguai, em especial, desenvolvendo tal proposta, em forma bastante substancial, sobretudo no relativo à Argentina.

Unidade social e nacional

Nos anos 1860, tencionada fortemente pelas contradições entre a oligarquia bonaerense e as províncias, a Argentina conhecia diversas relações de trabalho livre e preparava-se para empreender a “Guerra do Deserto” [1878-79], contra a população nativa dos pampas meridionais. No Brasil, vigia a produção escravista e outras relações sociais de produção subordinadas – colonos-camponeses, pequenos plantadores, caboclos, nativos, etc. Ambos os países assentavam-se na propriedade privada dos meios de produção, em sociedade de cunho largamente *liberal* e livre-cambista. Seguindo os autores revisionistas, Doratioto propõe que o “Estado guarani” era “dono” [sic] de quase 90% do território nacional”, controlando uns “80% do comércio interno e externo”.¹²

Em minuciosa análise política, diplomática e militar dos sucessos, em clara regressão em relação ao revisionismo, não contextualiza as sociedades em questão, sobretudo quanto às referidas raízes escravistas do Império e à singularidade da sociedade paraguaia, que permitiu forte acumulação original de capitais pelo Estado e acesso tendencial da população camponesa à terra. Apesar de utilizar “país” e “nação guarani” como sinônimos de Paraguai, não aborda as eventuais decorrências da coesão étnico-cultural de população camponesa de origem guarani, com raízes históricas comunitárias e missionárias, que desbordava as fronteiras nacionais – Mato Grosso, Misiones, Corrientes, etc.

A clara homogeneização das nações em luta, liquida a possibilidade da compreensão de elementos fundamentais, como os sugeridos por Salles em relação ao Brasil e Andrada e Silva, em relação ao Paraguai. O que resulta no uso anacrônico geral de categorias como “povo”, “cidadão”, “opinião pública” para a sociedade escravista brasileira, na qual grande parte da população encontrava-se objetiva e subjetivamente à margem de *comunidade cidadã* que se restringia a uma parcela diminuta da população livre, em geralmente branca – ou tida como tal.

Na sua literatura sobre a guerra, como foi comum na literatura dessa época, Taunay refere-se quase exclusivamente aos oficiais. Em uma das poucas referências mais diretas a subalternos, anota: “Ao nos separarmos no Tacuaral, tive a preocupação diária do rancho

¹¹ Cf. Fix, Theodoro. *História da Guerra do Paraguai*. Trad. do francês por A.J. F. dos Reis. Rio de Janeiro: Garnier, s.d. p. 2. [1ª ed. em francês 1873]; Andrada e Silva, Raul de. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. Ob.cit.

¹² Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra*. Ob.cit. pp. 44.

que não é pequena em campanha até que se acerte com um camarada que entenda um pouco de lidar com panelas. Sofri e não pouco, já por não ter preparo algum para organizar o meu rancho, já por me haver tocado para camarada um legítimo palerma, medraço e avelhacado, quando não refinado tratante.”¹³ Já assinalamos a indignação de Benjamin Constant com a *qualidade* do soldado brasileiro e as considerações de Caxias e outros altos oficiais sobre os mesmos, como veremos a seguir.

Fanatismo & Repressão

A abordagem sobretudo política impossibilita explicação essencial da belicosidade paraguaia e da *letargia* brasileira. Sem superar essa contradição, radicaliza a explicação da tenacidade guarani, apresentada em 1996, como produto da fanatização e de controle policial, em mais uma restauração das visões nacional-patrióticas. "Apesar dessa situação, quase não havia deserção nas fileiras paraguaias, devido ao clima de terror imposto por Solano López, que estendia a punição a familiares e companheiros do desertor. Ademais, proibiu-se aos soldados ou oficiais paraguaios ficarem sós na vanguarda, por temor que desertassem." ¹⁴

Explicação da marcialidade como produto do fanatismo e ação policial que contradita com uma nação com Estado, exército e meios de comunicação rústicos e, portanto, propícios à deserção de soldados eventualmente tiranizados. Tese que não explica a rearticulação permanente da resistência, após as grandes derrotas da *Dezembrada*, com ênfase na reagrupação nos sertões, após López ter perdido o controle do aparelho estatal. Foram os exércitos brasileiros e argentinos que conheceram deserções permanentes, ininterruptas e relevantes, pululando durante a guerra nos quilombos brasileiros quase mais *desertores* do que *cativos*. Anos após a Guerra, Taunay anotava que, em 1869, reinava o desânimo nas tropas imperiais e significativa vontade entre oficiais de encetar negociações de paz, pois ponderavam que “o povo paraguaio tão completamente [identificado] com o seu chefe, seria necessário dar cabo do último homem para alcançar a pessoa do ditador”.¹⁵

O autor deduz a origem e a evolução do conflito da personalidade de López, sobre quem lança a responsabilidade da guerra, em outra restauração da historiografia imperial e republicana de Estado, apesar de apresentar corretamente o confronto como tendencialmente inevitável, devido à procura da nação paraguaia de autonomia nacional e a negativa dos governos brasileiro e argentino de concedê-la. Radicalizando tendência presente no ensaio de 1996, a personalização da história resulta no elogio apologético das lideranças da Tríplice Aliança – Pedro II, Mitre, Caxias, Osório, etc. – e tenaz diabolização do dirigente máximo paraguaio.

Como na literatura nacional-patriótica, Francisco Solano López é apostrofado como “ditador quase caricato”, “ambicioso”, “tirânico”, “quase desequilibrado”. Desqualificação pessoal extensiva igualmente a Elise Lynch, descrita e tratada como “cortesã de luxo”, ao igual do praticado pelos ideólogos do Império e da Argentina liberal mitrista.¹⁶ E, nesse estrada, o autor, sem peias, identifica Francisco Solano López, em singular modernização, a Hitler, ingênua personificação moderna da violência da sociedade de classes na história. Para tal, propõe como "identidade entre os dois ditadores" o fato de terem, Hitler e López,

¹³ Taunay. *Recordações [...]*. Ob.cit. p. 80.

¹⁴ Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra*. Ob.cit. p. 289.

¹⁵ Taunay. *Recordações [...]*. p. 24.

¹⁶ Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra*. Ob.cit. pp. 18-9; 29, 89.

ambos, usado jovens e velhos em desesperada resistência final que comprometeria seus países. A aproximação é anacrônica e esquece que foram os *objetivos* e as *práticas* que desqualificaram o nazismo, e não a resistência inexorável com jovens e velhos armados, utilizada licitamente pela resistência da população soviética e do gueto de Varsóvia contra as forças nazi-fascista.¹⁷

A retórica desabonadora estende-se às classes dominantes, aos oficiais e aos soldados paraguaios, apresentados dedicados sistematicamente ao massacre, ao estupro e ao roubo, ainda que se convenha que, *em certos momentos*, os *aliados* procedessem de igual modo. Realidade em confronto com a anotada por Taunay, como assinalado. Sugere que o conflito foi o choque entre o Brasil, nação monárquica, constitucional e liberal – liberalismo considerado qualidade –, e o Paraguai, Estado despótico, autocrático e atrasado, outra tese apologética, durante e após a guerra, como já proposto.¹⁸

Gigante acorrentado

Seguindo essa linha de análise, não registra que o Paraguai era país de homens livres, com enorme quantidade de camponeses pequenos proprietários ou com acesso à terra, onde as comunidades nativas tinham suas terras respeitadas, enquanto o Brasil era fortemente nação de escravizados e escravizadores. Fato essencial para a compreensão da dificuldade do Gigante Acorrentado em estabelecer arrolamento nacional de combatentes, contra o Liliput emancipado, que galvanizou à exaustão sua população fortemente camponesa no combate. Nesse sentido, não pelas razões em geral assinaladas, o Paraguai era mais avançado *socialmente* do que o Brasil.

Nesse sentido, quando do confronto, Juan Bautista Alberdi lembrava: “[...] [o povo paraguaio] ha respondido sosteniendo a su gobierno, con más ardor y constancia, a medida que le veía más debilitado y más desarmado de los medios de oprimir, y a medida que veía a su enemigo mas internado en el país y más capaz de proteger la impunidad de toda insurrección. El Paraguay ha probado de eso modo al Brasil que su obediencia no es la del esclavo, sino la del pueblo que quiere ser libre del extranjero.”¹⁹

O autor não discute a possibilidade da longa duração dos combates dever-se ao confronto desigual entre Estado escravista e nação de homens livres, ameaçada na sua independência, desequilíbrio superado apenas pela abismal desproporção de recursos, em homens e meios, em favor do Império, com enorme destaque para a marinha. Determinação dos combates pela essência escravista do Estado brasileiro percebida por Caxias, ainda que não entendida. O velho verdugo de cativos da Balaiada e da Farroupilha referiu-se a essa realidade ao execrar a qualidade militar dos libertos, "homens que não compreendem o que é pátria, sociedade e família, que se consideram ainda escravos, que apenas mudaram de senhor".²⁰

Apreciação compartilhada pelo coronel José Antonio Corrêa da Câmara [1824-1893, segundo visconde de Pelotas, que explicou o fracasso de assalto à posição paraguaia por "nossos soldados de infantaria" serem "os negros mais infames deste mundo, que chegam a ter medo até do inimigo que foge".²¹ Esqueciam os oficiais negreiros que os negros pusilânimes, no Paraguai, sob a bandeira escravocrata do Império, foram os mais valorosos

¹⁷ Id.ib. pp. 409, 454.

¹⁸ Id.ib. p. 42

¹⁹ Apud Peña. *La era de Mitre*. Ob.cit. p. 80.

²⁰ Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra*. Ob.cit. p. 274.

²¹ Id.ib. p. 275.

soldados de José Artigas [1764-1850], no Uruguai, sob a bandeira da luta pela liberdade e pela terra. Saltando as questões estruturais ao conflito, termina assumindo tom e conteúdo nacional-patriótico, propondo que os verdadeiros “heróis” aliancistas seriam “os [combatentes] que viveram” nas duras condições de Tuiuti, “durante dois anos, sem desertar ou pretextar doença”.²²

Desqualificação inaceitável de atos individuais socialmente positivos de milhares de soldados brasileiros, argentinos e uruguaios que obedeceram ao sábio preceito plebeu de que, se “Deus é grande, o mato é maior”, escafedendo-se de guerra das classes dominantes, lutada, como sempre, pelos subalternizados, em prol da opressão de povo irmão. Restringido a descrição a uma indiscutivelmente rica e valiosa narrativa política, diplomática e militar, explicando as suas origens e dinâmicas a partir da ação de protagonistas ilustres, o autor jamais se debruça sobre os grandes sujeitos dos acontecimentos estudados, realizando em uma enorme hipérbole, restauração da velha historiografia nacional-patriótica.

Retorno às trincheiras

Maldita guerra: Nova história da Guerra do Paraguai, de Francisco Doratioto, na sua parcialidade, constitui sobretudo uma narrativa dos sucessos no Prata de 1864-1870 desde os pontos de vista do Estado nacional brasileiro, ou seja, dos interesses gerais de suas classes dominantes, com um respeito apenas diplomático para o antagonista do Império. Todos os atos e as razões do Império são justificados ou apresentados sob a melhor luz, usando-se para tal fortemente os recursos da narrativa.

Mais do que relatar os fatos, defende o ponto de vista do Império. Tamanha é a identificação nacional nesse relato que, ao contrário, deveria se sobrepor aos apriorismos patrióticos para alçar-se ao nível da historiografia científica, necessariamente supranacional, que o autor termina se incluindo entre os segmentos estatais do Império: “A troca de representantes brasileiros no Paraguai, no período pré-guerra, e seu isolamento da sociedade local impediram-nos [sic] de bem conhecer a realidade paraguaia.”²³

Perpassa a interpretação do conflito visão *relativista* da história das nações, onde todos os *interesses nacionais*, igualmente pertinentes, resolvem-se em confrontos estranhos à margem de qualquer *moralidade*. “Aqui não há ‘bandidos’ ou ‘mocinhos’, como quer o revisionismo infantil [sic], mas sim interesses. A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideú [...]; para Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino [...]; para os *blancos*, o apoio militar paraguaio [...] viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada [sic], nem desejada [sic], mas iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López.”²⁴

No tribunal da história, onde se julga a partir dos direitos dos povos, há, sim, o certo e o errado, o justo e o injusto. Nos anos 1860, o Paraguai tinha todo o direito de ter garantido o livre acesso ao mar, de ter resolvidas as questões de fronteira por arbitragem e de ter respeitado o seu governo, enquanto o Uruguai possuía, igualmente, o direito de ter sua

²² Id.ib. p. 216.

²³ Id.ib. p. 60

²⁴ Id.ib. p. 96

autonomia nacional intocada pelos poderosos vizinhos e que os criadores rio-grandense respeitassem as leis do país. Ao desobedecerem a esses direitos nacionais, o Estado imperial e argentino se comportaram, naquela ocasião, como Estados *bandidos*, segundo a categoria usada.

IV. Conclusões: por uma história dos povos

A narrativa memorialista brasileira sobre o grande confronto produziu “narrativas de trincheiras” que tiveram como grandes protagonistas a oficialidade e as forças militares imperiais na defesa dos *brios* e da *honra* da nação agredida. Na República, essa produção desdobrou-se em estudos de vocação historiográfica que retomaram o ponto de vista do Estado imperial para consolidar proposta do caráter prometício das elites nacionais, com destaque para a oficialidade, na defesa dos valores da *nação*, sempre vista como agredida, jamais como agressora.

Durante a Guerra, intelectuais sobretudo argentinos questionaram profundamente as explicações apologéticas do Império e da Argentina liberal mitrista. A partir do início do século passado, revisionismo paraguaio impugnou as teses da historiografia das nações vitoriosas propondo o caráter avançado da nação paraguaia, da agressão promovida pela Inglaterra e pela Tríplice Aliança, elevando Solano López a herói nacional. A partir de 1950, sobretudo na Argentina, historiografia revisionista latino-americanista, marxista e marxista-revolucionária procurou superar a ótica de “trincheira” nacional-patriótica, perseguindo leitura de todo o campo de batalha, desde o ponto de vista dos povos envolvidos no conflito, vítimas de drama que definiu, apenas em alguns casos, como produto da vontade imperialista inglesa.

Surgida à margem das instituições acadêmicas, nos seus avanços e limitações, o revisionismo historiográfico brasileiro sobre a Guerra do Paraguai, que retomou em forma muito limitada as conquistas da crítica revisionista anterior argentina e paraguaia, expressou as necessidades subjetivas do movimento social sul-americano em ebulição de uma leitura que interpretasse a história a partir dos interesses dos povos, e não de suas classes dominantes. A necessária superação do revisionismo brasileiro foi frustrada pela dissolução das condições históricas que o haviam gerado, com a vitória da contra-revolução neoliberal de fins dos anos 1980.

No novo contexto, no Brasil, a crítica acadêmica e para-acadêmica impugnou sumariamente a revisão empreendida da literatura nacional-patriótica imperial e republicana. A produção revisionista brasileira não teve suas contradições superadas, sendo apenas deslegitimada através da crítica sumária da tese do “imperialismo inglês”, de alguns de seus trabalhos e sobretudo dos lapsos do estudo de J.J. Chiavenatto. Importantes trabalhos revisionistas nacionais e sobretudo internacionais não foram sequer integrados à discussão, que se centrou em construção caricata daquela rica produção historiográfica.

A mera negação das negações revisionistas da historiografia nacional-patriótica brasileira, pelo restauracionismo nacional, ensejou retorno essencial à “historiografia de trincheira”, expresso na culpabilização de Solano López pelo conflito; nas narrativas *preciosistas* dos feitos militares, desde a ótica do Estado brasileiro; no elogio aos grandes chefes militares aliancistas; na despreocupação com a análise do caráter das sociedades postas em confronto, importante chave para a compreensão do comportamento dos combatentes imperiais, argentinos e paraguaios, etc.

Na superação de tal situação, impõe-se estudos que elucidem a genealogia da historiografia da guerra do Paraguai, no que se refere às narrativas nacional-patrióticas e, sobretudo, aos trabalhos revisionistas, com destaque para o sentido profundo e para a influência na produção historiográfica da crítica argentina do período da Guerra; do revisionismo paraguaio, do início do século; dos estudos argentinos dos anos 1950.

Impõe-se, sobretudo, estudos que desvelem, do ponto de vista dos povos, os objetivos essenciais da ação dos governos das nações envolvidas no confronto. Que elucidem a natureza do Estado paraguaio e os processos de acumulação por ele ensejado, através do controle público das terras e do comércio exterior. Que expliquem as razões e os sentidos da adesão da população paraguaia a Solano López, sobretudo na defesa dos territórios nacionais invadidos. Que apresente leitura dos acontecimentos que supere a visão da ação das massas a partir da intervenção, positiva ou negativa, de personagens providenciais, explicando, ao contrário, as características individuais dos líderes [carisma; inovação; indecisão, etc.] a partir das forças e interesses sociais profundos.

A análise estrutural das condições de vida, objetivos e aspirações das classes populares e escravizadas brasileiras, associada ao estudo da realidade que conheceram sob as forças armadas imperiais, contribuirá também para que finalmente se revele segredos que as narrativas nacional-patrióticas, tradicionais ou restauradas, teimam em esconder, como a defecção de fato das tropas imperiais com o sucesso dos combates, devido ao estranhamento com os objetivos da guerra.

Impõe-se igualmente elucidação da extensão da espoliação a que o nação paraguaia foi submetida, diretamente, quando e após a ocupação militar brasileira, ao ter sua população dizimada; ao pagar dívida militar para o Brasil até 1943; ao perder “as terras em litígio” com o Brasil, “na fronteira com Mato Grosso” e importante porção do “Chaco ocidental para a Argentina”, permanecendo sob semi-tutela do Estado brasileiro por muito longos anos.²⁵

²⁵ Salles. Ob.cit. p. 13